

## **CAPITALISMO E AGRICULTURA:** encruzilhada contemporânea nas áreas rurais da Colômbia

**Aura Gonzalez Serna**

Universidade Pontifícia Bolivariana (UPB)

### **CAPITALISMO E AGRICULTURA:** encruzilhada contemporânea nas áreas rurais da Colômbia

**Resumo:** Este artigo mostra como a economia camponesa na Colômbia continua sendo provedora de emprego e de alimentos básicos, não obstante a agressividade das determinações do capital financeiro internacional. Aponta que a estrutura agrária está sendo transformada drasticamente com a intensificação veloz e sistemática ao regime agro industrial global de geração de lucros. Considera que o encadeamento de diversas manifestações e perversidades na forma de atuação dos atuais monopólios com predomínio do capital rentista sofisticada e aprofunda novas expressões de desigualdades a partir da geração de terror, cujos extermínios se convertem em opção concreta que justificam a realização de metas econômicas e políticas, ganhando dimensão a reconfiguração dos territórios, através de políticas nacionais instrumentalizadas em suas diferentes escalas para atendimento às demandas dos grupos responsáveis pelos capitais transnacionais. Nesse contexto, enfatiza que temas associados à multiculturalidade e modos de produção camponesa sob perspectiva das lutas e reivindicações sociais devem ser foco das pesquisas na formação profissional do Assistente Social.

**Palavras-Chave:** Estado, capital, trabalho, economia camponesa, formação profissional do assistente social, sociabilidade.

### **CAPITALISM AND AGRICULTURE:** contemporary crossroad in rural areas of Colombia

**Abstract:** The peasant economy continues to be a provider of employment and basic food in Colombia, despite the aggressiveness of determinations stipulated by the international's finance capital. The agrarian structure is under drastic transformation since the rapid and systematic intensification of processes related to the global agroindustrial scheme of profits production. The sequence of several events and perversities materialized by the present forms of actual monopolies with the predominance of rentier capital sophisticates and deepens new expressions of inequalities starting with the terror generation. Exterminations are converted into concrete options that justify the conduct of economical and policies goals. The reconfiguration of territories gains dimension through national policies in different scales responding to demands of groups that are responsible for the transnational capital. From this point of view, issues related to multiculturalism and peasant modes of production under the perspective of struggles through social claims should be focused by our researches, in order to contribute with the professional formation of Social Workers.

**Keywords:** State, capital, labor, peasant economy, commercial agriculture, professional formation of social workers, sociability.

Recebido em 13.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

## 1 INTRODUÇÃO

A economia camponesa na Colômbia, não obstante representar, ainda, uma importante fonte de empregos e alimentos básicos, constitui um modo de vida abalado pelas determinações do capital internacional. Os camponeses estão sendo forçados a abandonar a produção, condenados à sobrevivência sob risco, desenraizados do seu hábitat e em situação de precariedade das condições de trabalho. A sociedade rural camponesa está sendo transformada radicalmente em todas as suas escalas espaciais. Na atualidade, o processo de integração da agricultura ao regime agroindustrial global de alimentos efetua movimentos desde a menor fração do campo, vinculando modos específicos de exploração de recursos a interesses pertencentes a corporações transnacionais. Como consequência, se aprofundam as transformações das relações sociais e técnicas de produção agrária.

As migrações para os territórios urbanos vêm acarretando consequências díspares para os grupos sociais das economias nacionais, acentuando e criando novas formas de diferenciação socioeconômica no setor urbano e rural, dos países. Os processos de contrarreforma agrária, mecanização, agroindustrialização, judicialização camponesa pela acusação de colaboração com os grupos armados, os êxodos camponeses, a capitalização e proletarianização vêm gerando manifestações socioeconômicas e culturais complexas e heterogêneas. A multiculturalidade e os modos de exploração de recursos naturais pelo capital especulativo mundial, na atual fase monopolística, não têm sido objeto central de interesse dos responsáveis pelo planejamento de políticas públicas.

Os programas gerenciados pelas ONGs internacionais conduzem à aplicação de políticas assistencialistas, sem mexer com as causas estruturais que vêm fazendo crescer a problemática. O profissional de Serviço Social vem participando como mediador entre as decisões econômico-políticas e a população assistida, visando uma aceitação e apropriação destes, em processos pontuais de aplicação dessas políticas. Em alguns casos, este profissional avalia políticas focadas e excepcionalmente tem participado no planejamento delas. Quando a reflexão é focada na bagagem que a Formação Profissionalizante em Serviço Social oferece, com o intuito de identificar o significado social da profissão e as contribuições que ela traz para a produção do conhecimento, sobre modos de acumulação de capital na realidade contemporânea, o debate inspira posições polêmicas.

Historicamente, a profissão preserva a memória do lastre funcionalista, orientando

a análise para o diagnóstico e tratamento, através de práticas específicas. A profissão parece reivindicar o lócus do Fazer. O mesmo profissional é requerido para servir aos interesses de operações empresariais legitimadoras de realização de lucros que ampliam as desigualdades.

O movimento de perda do Bem-Estar se aprofunda para a população que vive do trabalho, condição da qual participa o Assistente Social. Neste contexto, como se situa esse profissional dentro do marco das manifestações que evidenciam a crise do neoliberalismo e, conseqüentemente, face à oportunidade para reivindicar o paradigma de reprodução da economia camponesa? Como o profissional do Serviço Social formula o debate sobre o tipo de sociedade ansiada?

## 2 A REPRODUÇÃO DE CULTURAS TRADICIONAIS: encruzilhada contemporânea.

Na contemporaneidade é evidente o atentado contra a reprodução das culturas tradicionais. Essa memória não se registra, nem se recolhem os conhecimentos sobre formas de trabalho e características das relações sociais. Como exemplificação, atualmente na Europa, o debate que privilegie identificar as especificidades do urbano e o rural oscila entre se relativizar ou se ocultar, na medida em que o urbano desloca o rural a partir de estratégias diversas que conferem outros significados e materialidades. Isto indica interesses que estão sendo implementados sob liderança do capital internacional, em associação com os governos nacionais.

Os esforços profissionais do Assistente Social, neste contexto, e temática latino-americana, são encaminhados principalmente a desvelar informações sobre etnias, sem produção de conhecimento sobre modos de produção, processos de *laborare* e *operare*, associados a teleologias que apresentem diferenças/distinções, expressando particularidades nos processos de sociabilidade.

Ao mesmo tempo se produzem dentro dessas culturas transformações de materiais/objetos naturais, convertidos em novos objetos culturais para a sobrevivência sob condições de pressão que vêm atentando contra a reprodução da vida em contextos específicos. Este registro não é um resgate possível tão somente a partir de investigações etnográficas, visto o risco da volatilização da cultura através de estudos hermenêuticos limitados a perspectivas simbólicas, com marcado idealismo, sem correspondência com a base objetiva na qual se produzem metabolicamente as artes de viver e de pensar.

A sistematização de registros que revelem práticas, usos, exploração de recursos naturais,

além dos objetos que exteriorizam valores de uso nestes ambientes, vão se subsumindo no passar do tempo.

Fica claro que as agências multilaterais estão focadas a omitir/ocultar a memória cultural associada a práticas que as sociedades construíram historicamente, como é o caso do patrimônio cultural de *labour*, que caracteriza o trabalho.

O capital cria realidades constantemente e gera museus, folclorizando a vida das culturas locais. O capitalismo mundializado conseguiu construir as bases materiais da sua globalização através de processos objetivos e subjetivos favoráveis aos modos de realização de lucros. O grande dilema para a formação no Serviço Social na atual conjuntura será construir propostas de interpretação da vida social sem romantizá-la, sem aliená-la destrutivamente, com a escala que permita a compreensão da unidade de conhecimento no social, e não no indivíduo, privilegiando as dinâmicas que revelam o movimento da vida, as contradições do sujeito na sociedade e especialmente identificando que o desafio contemporâneo está entre a aposta pela barbárie ou a liberdade.

Faz-se prioritário deixar visível a encruzilhada contemporânea que impede a reprodução da cultura camponesa, na dinâmica que se libera entre a economia e a política, para refletir sobre o desafio para a Formação Profissionalizante do Assistente Social, no interior do vasto campo da formação em Ciências Sociais.

Sendo este o foco do debate, se continuará expondo as determinações do caso colombiano relativo à situação de barbárie que vive a população, especialmente camponesa.

### 3 O CASO COLOMBIANO

O processo de colonização na Colômbia apresentou espacializações distintas ao longo do tempo, em virtude de muitos fatores, dentre eles a acessibilidade a determinadas regiões em contrapartida à abundância ofertada em regiões mais facilmente ocupadas. Essa colocação superficial do processo fornece pistas que permitem compreender as assimetrias no processo de povoamento e densidade de ocupação, bem como colabora para entender como determinadas regiões camponesas chegam ao século XX à margem dos processos e circuitos produtivos do mercado urbano das regiões central, do norte e ocidente do país. Nestas regiões, marcadas por diferentes conflitos armados e por tentativas falhas de reforma agrária durante os séculos XIX e XX, manteve-se um modo de produção extrativista, relações feudais de produção e um progressivo aniquilamento dos seus moradores tradicionais, constituídos fundamentalmente pela população

afro-colombiana e populações indígenas de diferentes etnias.

A partir da segunda metade do século passado, neste país, os conflitos armados e seus diferentes atores têm determinado a conformação geopolítica da propriedade rural que a seu modo e, procurando reproduzir o capital nas suas diferentes modalidades, vêm estabelecendo um processo de colonização, caracterizado pelo despejo dos colonos tradicionais das suas terras, deslocando a população rural para as áreas urbanas interioranas dessas regiões, num processo migratório escalonado, cujo destino final é a capital de cada um dos departamentos.

Dentro dessa lógica a indústria do narcotráfico vem sendo determinante na reprodução da neocolonização e despojo dos pequenos e medianos agricultores, gerando alta concentração da propriedade territorial na expectativa de desenvolvimento de projetos de interesse para o capital internacional.

Como exemplo, a produção de palma africana substitui a exploração extensiva de gado que, pela sua vez, já deslocara o cultivo de banana, alimentação cotidiana das culturas locais. Atualmente grandes extensões de terra devem ser destinadas a cultivos para o projeto transnacional de produção de biocombustíveis. Para isso, extensões de território vêm mudando sua estrutura populacional e comercial no Magdalena médio, em Urabá, Chocó, ao longo do Pacífico colombiano e também em partes da Amazônia, por possuir essas regiões condições favoráveis para produção de palma africana.

As comunidades indígenas Embera, dos recantos de Uradá, Chageradó, Turriquitado e Rio Murindó, dos municípios de Carmem de Darién e Murindó, localizados no médio Atrato Chocoano-Antioqueño denunciam os acordos estabelecidos entre o governo federal e a empresa Muriel Minning Corporation nos quais se autoriza a exploração nos seus territórios (Cerro Careperro) do projeto Madé Norte. Os autóctones são as primeiras vítimas dos programas de ajuste estrutural.

O megaprojeto hidroelétrico "El Quimbo", com investimentos estimados em US\$650 milhões, entregue em modalidade de concessão à empresa multinacional Emgesa, será construído no Estado do Huila, aproveitando as águas do rio Magdalena, divulgado pelo governo colombiano como resultado da *política de Seguridad Democrática*, ao passo que numerosas famílias serão deslocadas da área e a negociação favorece unilateralmente interesses privatistas.

No norte do departamento do Cauca, existe desde meados dos anos vinte do passado século, uma disputa entre fazendeiros e indígenas pelas terras; ao sul do vale do Cauca um velho conflito similar entre camponeses e fazendeiros de gado e um menos antigo entre operários e engenhos

de açúcar. O pequeno minério de bateia no rio Suárez entra em conflito com a mediana empresa mineira que utiliza bombas de motor e dragas.

No departamento do Cauca, majoritariamente habitado por população afrodescendente e indígena, ampliam-se os cultivos de pinheiro e eucalipto da multinacional Smurfit-Cartón. O Estado colombiano é acusado pelos ambientalistas e camponeses de graves danos ambientais e processos de expulsões e despejos de terras. A construção da hidroelétrica de *Salvajina*, em 1984, acrescentaria, também, perigosas tensões sociais. Ao final de 1989, os paramilitares assassinaram mais de cem pessoas em Trujillo (Vale) e no ano seguinte caíam assassinados vinte indígenas na fazenda El Nilo, ao norte do Cauca. As automeadas Autodefensas Camponesas (também conhecidas pela sigla AUC), grupos paramilitares, iniciam um sanguinolento percurso desde a municipalidade de Tulúa para o sul, no vale, muito próximo ao litoral pacífico colombiano.

Em dezembro de 2004 foram desmobilizados 580 homens do bloco Calima das AUC, sob o mando de Herbert Veloza, conhecido como H.H., que já desmobilizara também o líder do bloco Bananeiro meses antes. Parece que o bloco Calima pertencia a um maior, o bloco Calima-Pacífico, comandado pelo conhecido como *Don Berna*. A opinião de membros de organizações internacionais - que conhecem de perto o processo de desmobilização - é que essa aludida desmobilização paramilitar é mais formal do que real.

Os paramilitares não têm sido submetidos à justiça - e seguramente não serão julgados - e ainda continuam, sem farda, mas armados, controlando a ordem na beira oriental da cordilheira Ocidental, ou seja, entre Buenos Aires, Suárez e Morales (Município do Cauca); e as FARC, frente nomeado de Manuel Cepeda Vargas, os cursos médio e baixo dos rios Naya e Micay. O cenário do conflito sangrento instalou-se nas terras da população camponesa.

Não é segredo que, tanto numa quanto noutra região, existem cultivos de coca, laboratórios de processamento e roteiros que permitem fazer os embarques de drogas para Centro América, México e os EE. UU. Tampouco se oculta que são ricas zonas mineiras exploradas por garimpeiros e medianos mineiros, mas sobre as quais o governo de Álvaro Uribe tem concedido concessões a companhias transnacionais como a Anglo Gold Ashanti e Keshada.

Os garimpeiros de Bahareque lavam o material que as grandes dragas não aproveitam e que pertencem às companhias autorizadas - ninguém sabe como - pelos governos municipais. Inútil dizer que entre as empresas mineiras de draga e as grandes multinacionais

há rivalidades, mas, mesmo assim, negócios turvos. Para completar o perigoso quadro, o Ministério de Obras Públicas autorizou o desvio do rio Ovejas para a hidroelétrica de Salvajina.

Por outro lado, no Vale do rio Cauca e ao pé de monte das cordilheiras, os grandes cultivos de cana de açúcar, bosques comerciais e latifúndios de gado concentram enormes superfícies de terra. Os conflitos com camponeses, indígenas e comunidades quilombolas são antigas; os enfrentamentos entre forças de segurança do Estado, sindicatos, coletivos camponeses e nações indígenas são cada vez mais frequentes.

Apesar desse quadro inclemente de força e violência dos distintos interesses de acumulação de capital, intermediados pela atuação armada dos militares, paramilitares, ou das guerrilhas, as comunidades se organizam e reivindicam que o Estado intervenha, com a condição de que não as envolva nesta guerra.

As manifestações diversas e encadeadas evidenciam o cenário que na fase atual dos monopólios com predomínio do capital rentista, vai produzir novas expressões da desigualdade a partir de geração de terror. Decisões econômicas e políticas optaram pela estratégia dos extermínios. Ganha dimensão a reconfiguração de territórios, estabelecendo usos e apropriações decididas pelos grandes capitais transnacionais.

Na Colômbia, a violência parece ganhar autonomia em cada região, enquanto legítima interesses de segmentos econômicos, coage a esfera política, assegura a acumulação financeira, fragmenta movimentos sociais e aprofunda manifestações de denúncia/resistência de grupos e comunidades pela defesa da vida.

A seguir, capítulos de uma mesma história de violência regional e nacional, associados às riquezas de recursos e à oferta crescente de mão de obra para o trabalho informal. Panorama que evidencia a situação refém da política favorável ao projeto transnacional que se instalou para valer.

#### **4 A SITUAÇÃO REFÉM DA POLÍTICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA NA REVISÃO SOBRE O CASO COLOMBIANO.**

- Colômbia é a única democracia do mundo na qual a oposição política ao regime é exterminada historicamente, naturalizando esta condição como se o único destino fosse a guerra;
- Após a Guerra dos Mil Dias (1897-1899), seguiu-se uma repressão contra o movimento sindical e indígena dos anos vinte do século XX e o massacre das Bananeiras de 1928;

- Genocídio das “chulavitas” ou “pássaros” (antecessores sinistros dos paramilitares de hoje) quando foram assassinados com aleivosia mais de 300.000 camponeses: a chamada violência em Colômbia (1948-1953) foi uma guerra indiscriminada, contra camponeses donos de minifúndios de café!;
- Houve tentativas de processos de paz desde os diálogos nos governos de Belisario Betancur (1982-1986), César Gaviria (1990-1994), Ernesto Samper (1994-1998) e Andrés Pastrana (1998-2002). Porta-vozes das “Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – FARC”, o “Exército de Libertação Nacional – ELN”, este proclamava a estratégia do Che Guevara para derrocar o governo colombiano e ganhara simpatia pela integração do sacerdote Camilo Torres em 1965. O “Exército Popular de Libertação – EPL”, de pensamento maoísta e que em pouco tempo conseguira se estender particularmente em departamentos da Costa Atlântica. O “Movimento 19 de abril”, muito popular no exterior pelas suas ações espetaculares como a toma da embaixada dominicana e sua presença urbana. O “Comando Quintin Lame”, organização não guerrilheira de autodefesa indígena, surgida ao sul do país no departamento do Cauca, 1980;
- Os conhecidos grupos insurgentes e de autodefesa indígena procuraram negociar a paz através da realização de propostas que defendiam reformas econômicas e sociais, reestruturação das instituições do Estado e novas configurações na participação/representação popular, para a competência na esfera política;
- Algumas das famílias responsáveis da violência da década de cinquenta no século passado são as que financiaram o *narco-paramilitarismo* que tem levado a vida de milhares de dirigentes da União Patriótica – UP; e são os mesmos que pagam pelos assassinatos de líderes e defensores dos direitos humanos como Maria Arango, Hernán Henao, Héctor Abad Gómez, Jesus Maria Valle, Elsa Alvarado, Carlos Alvarado e Mario Calderón (os investigadores do CINEP assassinados o 19 de maio de 1997); de José Eduardo Umaña Mendoza (abril 18 de 1998); Jaime Garzón, entre muitos outros. A lista se amplia a cada dia.
- Os profissionais dos meios de comunicação também foram intimidados e até amordaçados para formar o *pensamento único*. Apenas para exemplificar, só no semanário liberal El Espectador foram ameaçados dez jornalistas em menos de dois anos; há uma média de trezentos sindicalistas assassinados por ano e mais de três mil e quinhentos sindicalizados têm sido vítimas dos paramilitares desde 1992. “Dos vinte mil dirigentes da *Central Unitária de Trabajadores* – CUT, mais de 50% estão ameaçados, quinhentos tiveram que sair do país e cento e cinquenta e sete foram assassinados no primeiro ano do terceiro milênio. As ameaças têm aumentado 400% (*Diário El Tiempo*, 29 de abril de 2001). Sem contar as vítimas dos massacres da *Asociación de Usuarios Campesinos*;
- Atrever-se a opinar é motivo para ser incluído na listagem de possíveis vítimas. Envia assassinos ou paramilitares que se responsabilizam por cumprir a ordem; e quem paga quase sempre são fazendeiros, empresários, membros da cúpula militar ou da política e narcotraficantes. A guerra suja é corriqueira e é um dos poucos ofícios bem pagos para a juventude de origem humilde; o comércio com a morte e a garantia de impunidade faz com que estes profissionais do crime sejam o maior perigo para uma renovação política e social. Existe o paradoxo de que a “democracia mais antiga da América Latina” seja a mais sanguinária do mundo.
- Como diria o escritor uruguaio Eduardo Galeano, estamos vivendo uma “*democradura*”, a qual não pode ocultar seus vínculos diretos com o narco-paramilitarismo, com um Congresso no qual a coalizão

que apoiou a reeleição de Uribe Vélez fora financiada com recursos do projeto paramilitar, do qual o atual presidente da Colômbia é o seu principal ideólogo.

Faciolince Héctor Abad, no artigo intitulado “Boceto para un Retrato”, elaborado a pedido de uma revista mexicana na qual vários escritores do mundo escreveram um *breve retrato* do seu país, assim se expressou

[...] La política nos apasiona, como a los ciudadanos de cualquier parte del mundo, y también tenemos la ilusión de que la vida depende del cambio ritual de los gobernantes. Desde hace más de seis años nos gobierna un terrateniente antioqueño de baja estatura, ojos claros y buenos modales (aunque los pierde con facilidad cuando se enoja, y se enoja mucho). Un requisito tácito para pertenecer a su gabinete es haber padecido secuestros o asesinatos a manos de la guerrilla. Muchos de sus ministros han tenido esa trágica experiencia, en la propia piel o en la de familiares y amigos muy cercanos. Eso los hace odiar, [...] a las Farc, empezando por el primer mandatario, cuyo padre fue asesinado por ellos” [...]²

[...] Somos apaixonados pela política como cidadãos de qualquer parte do mundo e também temos a esperança que a vida depende da mudança ritual dos governantes. Há seis anos nos governa um fazendeiro de Antioquia, baixa estatura, olhos claros e boas formas (mesmo perdendo-as facilmente quando se irrita o que ocorre com frequência). Um requisito tácito para pertencer ao seu gabinete é ter padecido sequestros ou assassinatos pela guerrilha. Muitos dos seus ministros tiveram essa trágica experiência, na própria pele ou na de familiares e amigos muito próximos. Isso os faz odiar [...] as FARC, começando pelo primeiro mandatário cujo pai fora assassinado por eles [...]. Faciolince Héctor Abad: Rascunho para um retrato.

De 1953 até a presente data, os processos de paz vêm anunciando uma mudança como proposta central para Colômbia. Eufemismo de preservação do *establishment*, essa política se destina fundamentalmente aos comandantes, priorizando o sistema de troca de perdão e esquecimento, através de vantagens econômicas. A insipiência das mudanças se resume a reformas políticas menores. Em síntese, não há propósitos de realizar concessão que limite os privilégios ou o exercício do seu próprio poder.

Justamente o Plano Colômbia, cujo objetivo principal fora obrigar às FARC a aceitarem

o esquema de reinserção, transformando o poder de negociação (coerção – consenso) do Estabelecimento para impor um esquema de reinserção. Nesse sentido, a política do governo faz parte de uma tradição histórica bastante coerente e nada diferente ao que foi o *status quo* imposto pelo *establishment*. A mediação para reproduzir este sistema político tem sido a figura do caudilho. A democracia na América Latina continua em crise.

Na Colômbia, o caudilhismo é cíclico. Volta com as argúcias de sempre, com ambições que se eternizam, com ânsias de poder ilimitado, com intenções de eliminar aos que se colocarem no caminho deles. Os novos caudilhos são o resultado da confluência da desigualdade, a democracia eleitoral e a bonança das chamadas ilegalidades.

Desse modo, os coronéis, sob a perspectiva econômica, são agentes de redistribuição: compram votos com recursos públicos. A desigualdade assegura-lhes a clientela, a democracia cria pra eles o mercado e o orçamento público lhes traz o poder aquisitivo. O coronelismo é compatível com o capitalismo atual. Por serem monopolistas da redistribuição que não requer regras, o negócio deles funciona melhor sem restrições.

Além das suas origens e determinações, os coronéis perdurarão até mesmo se desaparecerem algumas condições objetivas que causaram o seu aparecimento. Alguns deles não têm saída, porque criaram aos poucos uma disjuntiva radical: ou ficam eternamente ou são tirados abruptamente, porque o coronel enquistado no poder só poderá ser substituído por uma figura semelhante que inicialmente promete um renascer democrático, mas que mais tarde ou mais cedo revela a sua verdadeira natureza, a sua essência. O coronelismo alimenta-se a si próprio, cria as condições para sua própria reprodução e sua tendência a se perpetuar: “as ditaduras – escreveu o constitucionalista francês Benjamin Constant – não apenas são culpáveis dos males que produzem enquanto duram. São culpáveis dos males do porvir, dos males que se originam depois de terem passado”.

Ao mesmo tempo, o processo de restituição de terras para comunidades deslocadas não avança e se dilata no tempo; e a frágil capacidade organizativa das vítimas sofre intimidação e assassinato dos seus líderes. Um primeiro relatório do Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural – INCODER, publicado em março de 2005, afirmou que cerca de 93% das plantações de palma para produzir agrocombustível eram ilegais. Sabe-se que, dos cerca de 5,5 milhões de hectares abandonados, os paramilitares entregaram 6.600 hectares ao fundo de reparação de vítimas e 60.000

hectares para os deslocados. Segundo dados divulgados pela revista *Semana*, do total das terras usurpadas, apenas um 1% foi devolvido, apesar de que a violência recente ocasionara o deslocamento de quase a metade da população do Litoral Pacífico.

Ninguém explica como um país pode sair da violência sem enfrentar problemas de tal envergadura. Repete-se, insistentemente, que com o fim das FARC a Colômbia será outra. E mesmo que seguramente seria um país melhor, após as chamadas desmobilizações dos paramilitares, o cenário que estamos vivendo não pode ser o pós-conflito e a era das vítimas que todos almejamos. Uma contrarreforma agrária como a que vive Colômbia na atualidade, só pode gerar mais violência.

A prioridade é a eficiência/ eficácia para a realização do lucro através do círculo produtivo regional. Isso compromete a força de trabalho, modos e meios de produção, uso de recursos naturais e ao mesmo tempo a disponibilidade da

esfera política, gerando condições necessárias para o fechamento desses Acordos, pactuados em escala internacional.

Concluindo, no que diz respeito ao espelho colombiano da crise e as manifestações da mundialização do capital, destrincharemos o marco legislativo que vem favorecendo o estabelecimento do modelo de acumulação imperante na Colômbia.

## 5 MODELO DE ACUMULAÇÃO POR DESPOJO NA COLÔMBIA

O marco legislativo desenvolvido na Colômbia nos últimos dezenove anos legitima o cenário de processos correlacionados e sistêmicos que vêm instrumentalizando os territórios para o estabelecimento de um Modelo, denominado por alguns analistas de "Modelo Mafioso". A seguir, alguns marcos legais acompanhados de indicativos de suas teses que favorecem a continuidade do rumo exigido pelo Mercado.

Norma Constitucional	Tema	Conteúdo
Lei 9 de 1991	Investimento Estrangeiro	Elimina o controle de capitais e libera o investimento estrangeiro
Leis 50 de 1990 e 789 de 2002	Flexibiliza a contratação trabalhista e elimina direitos históricos dos trabalhadores	Implantação de normas trabalhistas básicas para facilitar a superexploração da mão de obra; legaliza condições de contratação para uma elevada oferta de mão de obra pauperizada pelo desterro (despojo de terras). <b>Perda da estabilidade trabalhista e penalização sobre formas de reivindicação através de sindicatos e associações.</b>
Leis 100 de 1993 e 142 de 1994	Abre o sector social ao controle e benefício do capital privado.	O Estado entrega ao setor privado o sistema público de saúde, desmantela o Seguro Social e abre a concorrência para serviços públicos domiciliários. Entrega o setor elétrico público do Estado para o mercado, beneficiando empresas espanholas. <b>Entrega-se uma percentagem da petroleira ECOPETROL em mãos do setor privado internacional.</b>
Lei 963 de 2005	Estabilidade Jurídica. Investidora. Investidores financeiros, petróleo, minérios e televisão.	Mantém durante um período de tempo estabilidade e garantia para isenções tributárias, justificando-as como condição para favorecer a paz na Colômbia. Esta Lei tem como fundamento, para sua aprovação, a busca de "segurança jurídica" para o investimento estrangeiro em detrimento da participação de investimento nacional.
Lei 975 de 2005	Justiça e Paz	Impunidade e legalização dos narco-paramilitares. Legalização da ação paramilitar e dos bens obtidos mediante pressões /assassinatos/compras/invasões de fato.
Lei 1021 de 2005	Florestal	Concentração da propriedade territorial; abertura do território e biodiversidade aos interesses de empresas transnacionais; afiança a chamada agricultura de <i>plantation</i> , fragilizando a agricultura camponesa..
Ato Legislativo 002 de 2004	Reforma Constitucional	Permite a reeleição presidencial.

Projeto de Lei 30 (aprovado pelo Senado e em debate no Congresso)	Estatuto de desenvolvimento rural	Legaliza a chamada Contrarreforma Agrária que permite liquidar a economia camponesa e a soberania alimentaria; promove a <i>financeirização</i> e transnacionalização do setor agropecuário..
Lei 685 de 2001	Código Mineiro	Entregou de forma perpétua os recursos do subsolo a multinacionais. <b>Retira lucros de exploração de recursos às comunidades afrodescendentes e indígenas (Lei 70/1993). Contratos de Concessão de territórios, especialmente nas Costas Pacíficas e do Caribe para plantação extensiva. Exemplo: palma para produção de biocombustível; a exploração dos recursos da Bacia do Rio Naya, que passa a ser uma área de proteção e pesquisa da Universidade de Cauca, para ser de interesse de capitais extrativistas..</b>
Plano Nacional de Desenvolvimento, (2006-2010)	Agenda de produtividade e competitividade Reforma constitucional  "Sistema Geral de Participações (SGP)" chamado de Transferências, Artigo 38 referente ao passivo das aposentadorias das universidades Públicas. Ver <a href="http://www.cinep.org.co/">http://www.cinep.org.co/</a>  Revista Cien Días, de Agosto, 2007	Dá continuidade ao modelo vigente desde 2002 e acrescenta programas estratégicos dirigidos, segundo manifesta, para a Erradicação da Pobreza Extrema; dá continuidade ao Plano Colômbia, apresentado como estratégia de desenvolvimento e incentivo à agricultura de <i>plantation</i> . Agrega ao processo de enfraquecimento do Agro e à problemática do Deslocamento Forçado da Colômbia. Incentiva a fumigação de cultivos ilícitos, colocando como meta a sua erradicação. Fortalece a participação de aparato militar em todos os espaços das comunidades camponesas..

## 6 CONCLUSÃO

A novidade do controle territorial esteve significada em métodos bárbaros de execução da violência e da difusão social do medo. Passamos de crimes massivos e públicos, à prática da repressão silenciosa, da que fazem parte os desaparecimentos seletivos, os chamados "falsos positivos", os homicídios cometidos com arma branca e o deslocamento "gota a gota". As mulheres são vítimas da violência sexual. Os jovens são submetidos ao recrutamento forçado. Enquanto isso, as fossas comuns continuam sendo desveladas pelos algozes. O conjunto de fatos evidencia, claramente, uma ação tendente a eliminar os líderes das organizações de base.

No contexto desta Mesa Temática, propõe-se a geração de projetos de pesquisa e conteúdos de formação, a partir de hipóteses que constituam uma pauta para interpretar a relação entre a história e as culturas, suas relações espaciais e ambientais, além das relações ético-políticas no âmbito Latino-americano e global.

Procura-se revelar, através de estudos exploratórios comparativos, tensões/contradições/

antagonismos da política pública para o setor rural, associando-a a resultados específicos. Estas análises desvelarão interesses de diversos sujeitos vinculados a setores e segmentos específicos.

O sociólogo colombiano Fals Borda (1975,p. 138) afirma:

[...] El cambio en las formas de organización del trabajo a través de la historia ha llevado a sucesivas respuestas del sector campesino [...] El paso de un régimen de producción a otro ha obligado a que la clase vinculada a la tierra se defiende de la explotación resultante. Las respuestas campesinas son cíclicas; pero su experiencia sobre este particular, no siempre exitosa, puede ser fuente de útiles enseñanzas para la acción actual, cuando el campesinado vuelve a organizarse para responder a la expansión del capitalismo que lo amenaza como clase y como grupo [...].

[...] A mudança nas formas de organização do trabalho através da história levou a sucessivas reações por parte do setor camponês [...]. A mudança de um regime de produção a outro vem obrigando a classe vinculada

à terra a se defender da exploração resultante. As respostas camponesas são cíclicas, mas sua experiência sobre o assunto, nem sempre exitosa, pode ser fonte de ensinamentos muito úteis para a ação atual, quando o campesinado volta a se organizar para responder à expansão do capitalismo que o ameaça como classe e como grupo [...].

## NOTAS

1. Queimavam o sítio, a roça, desapareciam e trocavam títulos de propriedade; quando não era assim, o fazendeiro comprava os terrenos por preços simbólicos para “ajudar” aos camponeses perseguidos. Passaram-se quase seis décadas de barbárie desde o magnicídio do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán (1948) e até o presente sabe-se que o linchamento do assassino fez parte do plano de impunidade; com relação ao crime político, a CIA sabe alguma coisa e nega-se a revelá-lo. Meses atrás lhe chegou ao jornalista colombiano Daniel Samper uma mensagem de Paúl Wolk, um norte-americano interessado na história da Colômbia, onde transcrevia a negativa da CIA de fornecer copia dos arquivos relativos ao acontecido na Colômbia o nove de abril de 1948. O nove de setembro de 2000, Paúl Wolf pediu que se revelassem os arquivos do “Bogotazo” e duas semanas depois uma funcionária da CIA não negava nem afirmava que existissem arquivos relacionados, mas rejeitava a petição de abri-los, por motivos de segurança nacional. Quando se comunicou com Wolf, conta o jornalista Daniel Samper num artigo, que a resposta foi a seguinte:

*Afirmam que os acontecimentos que houve na Colômbia em 1948 devem permanecer em segredo por razões de segurança nacional, porque os Estados Unidos podem se prejudicar caso sejam liberados esses arquivos.*

É corriqueiro que os papeis que abre a CIA tenha linhas riscadas com tinta impenetrável para proteger nomes e lugares. No entanto, é menos frequente a negação total de qualquer informação acerca de um caso, até mesmo silenciar se há ou não histórico sobre ele. A conclusão é óbvia: a CIA sabe algo sobre esse nove de abril que mudou o destino de Colômbia, e deve ser tão grave, que nem sequer 61 anos depois se permite exibir os respectivos registros.

Um detalhado e completo relatório do acontecido é o que envia o Agregado Naval da Embaixada dos EE. UU. em Bogotá, o coronel W.F. Hausman. Entre as conclusões que apresenta Hausman, em documento secreto do 24 de maio de 1948, aparecem as seguintes:

Os acontecimentos de nove de abril não foram o resultado de um Plano do Partido Comunista de Colômbia; não se produziram provas de cumplicidade comunista estrangeira no assassinato de Gaitán [...]. O principal fator de motivação das desordens foi o uso do rádio por elementos anti-governistas [...]. Juan Roa Sierra não teve uma importância capital no crime, salvo como dócil instrumento [...]. A teoria mais consistente é que Roa executou um Plano concebido por uma pequena conspiração de furibundos conservadores (cita como cabeça da mesma a Laureano Gómez). Todos, salvo os *gaitanistas* furibundos, parecem sentir-se contentes de que Gaitán tenha ido embora. Não existiu uma direção integralmente organizada das desordens.

2. Disponível em: <http://www.elespectador.com/impreso/politica/articuloimpreso125712-colombia-boceto-un-retrato>

### **Aura Gonzalez Serna**

Assistente Social / Doutora em Serviço Social. Coordenação Grupo de Pesquisa Território. Ciências Sociais. Professora da Universidade Pontifícia Bolivariana – UPB

**E-mail:** [aura.gonzalez@upb.edu.co](mailto:aura.gonzalez@upb.edu.co) ; [augonse@yahoo.com](mailto:augonse@yahoo.com)

### **Universidade Pontifícia Bolivariana – UPB**

End: Circular 1ª # 70-01 Campus de Laureles, Medellín, Colômbia